

FINANCIAMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL: O PAPEL DO MICROCRÉDITO

Anne Caroline Campos Muniz

Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e bacharel em Serviço Social pela Universidade Tiradentes.

Professora da Universidade Paulista de Sergipe (Unip/SE) e da Universidade Tiradentes.

E-mail: carolinecamposaju@hotmail.com

Rodrigo Mendonça Salgado

Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Professor da Universidade Tiradentes e economista.

E-mail: rodrigomsalgado@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo trata da importância do microcrédito no fomento às atividades produtivas das micro e pequenas empresas, além de apresentar um panorama dos desafios a serem enfrentados pelos agentes econômicos envolvidos no processo. Diante disso, o principal objetivo da pesquisa é estabelecer a importância em criar uma estrutura sustentável e permanente de financiamento para as micro e pequenas empresas, o que vem exigindo das instituições de microcrédito um relevante esforço para aumentar a financeirização desses pequenos empreendimentos. A pesquisa é do tipo bibliográfico, de caráter qualitativo, que resultou em uma compressão, informativa e intelectual, acerca do microcrédito na atualidade, em sua esfera de atuação empresarial.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas; Microfinanças; Microcrédito.

1

INTRODUÇÃO

O papel das microfinanças no Brasil, como fonte de financiamento para as micro e pequenas empresas, vem exigindo uma evolução recente nas pesquisas em questão, de maneira que se possa investir em atividades produtivas que proporcionem o desenvolvimento local com aumento no nível de emprego e renda. O que tais pesquisas evidenciam é a grande segmentação do mercado financeiro brasileiro e o forte racionamento da oferta de crédito para os pequenos negócios. Uma alteração significativa desse quadro coloca-se, portanto, como um dos objetivos centrais de uma estratégia de fomento das micro e pequenas empresas, sejam elas formais ou informais.

Nesse novo contexto, as instituições de microcrédito devem, fundamentalmente, ter a missão de incentivar e garantir aos seus clientes um nível mínimo de qualidade nos serviços prestados, de forma que aumente o alcance da financeirização nesses pequenos empreendimentos permanentemente, sendo esse o grande desafio dessas instituições.

No caso específico das micro e pequenas empresas, alguns fatores desestimulam a ampliação da oferta de serviços financeiros. As linhas de crédito bancárias exigem geralmente garantias reais dos produtos demandados, entretanto, na maioria das vezes, os pequenos empresários não têm condições de assumir esse tipo de compromisso. O resultado é a reclamação generalizada

dos empresários do setor quanto às dificuldades para cumprir com a “burocracia” e as exigências de garantias para o acesso ao crédito.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é discutir e mostrar a importância do microcrédito no fomento às atividades produtivas das micro e pequenas empresas. Para tanto, mostra-se inicialmente uma revisão teórica sobre as microfinanças e o microcrédito, apresentando seus conceitos, suas fases de evolução no Brasil, assim como seus principais desafios. Em seguida, busca-se caracterizar a importância das micro e pequenas empresas para a economia, além da dificuldade de acesso ao crédito que elas enfrentam, já que esta é uma das principais restrições ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos. O microcrédito é um dos instrumentos de fomento para esse setor, dada sua forma de operação mais simplificada, pois aposta na potencialidade econômica do empreendimento e nas relações de confiança entre o empreendedor e a instituição financiadora.

2

MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO

Esta seção apresenta inicialmente os conceitos de microcrédito e microfinanças, para, em seguida, desenvolver uma breve análise do caso brasileiro quanto a essas atividades, destacando as fases de evolução e os desafios atuais.

Como aponta Silva (2007), não existe um consenso na literatura sobre a definição dos termos microfinanças e microcrédito. Segundo o autor, alguns especialistas, como Marguerite Robinson, entendem microfinanças como serviços financeiros em pequena escala – principalmente crédito e poupança – voltados às pequenas atividades produtivas.

Alves e Soares (2004), por sua vez, adotam um conceito mais amplo ao definir microfinanças como a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nesse sentido, as entidades microfinanceiras seriam aquelas especializadas em crédito constituídas na forma de organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), cooperativas de crédito de pequeno porte, sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM), bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes bancários e de carteiras especializadas) e fundos institucionais.

Quanto à atividade de microcrédito, Alves e Soares (2004) a definem como aquela que, no contexto das microfinanças, dedica-se a conceder crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais.

Já Barone et al. (2002) definem o microcrédito como a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais, ou seja, trata-se de um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e concedido com o uso de metodologia específica.

Portanto, microfinanças e microcrédito são conceitos distintos, e este último é comumente entendido como a principal atividade do setor de microfinanças, dada sua importância às políticas públicas de superação da miséria pela geração de trabalho e renda (ALVES; SOARES, 2004).

Contudo, Manzoni Neto (2006 apud BARONE et al., 2002) vai além dessas definições ao instituir novos conceitos, como microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado. Para esse autor, o microcrédito produtivo seria uma modalidade do microcrédito, sendo, no entanto, um serviço de crédito de pequeno valor voltado apenas para atividades produtivas. Já o microcrédito produtivo orientado é definido pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)¹ como um crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

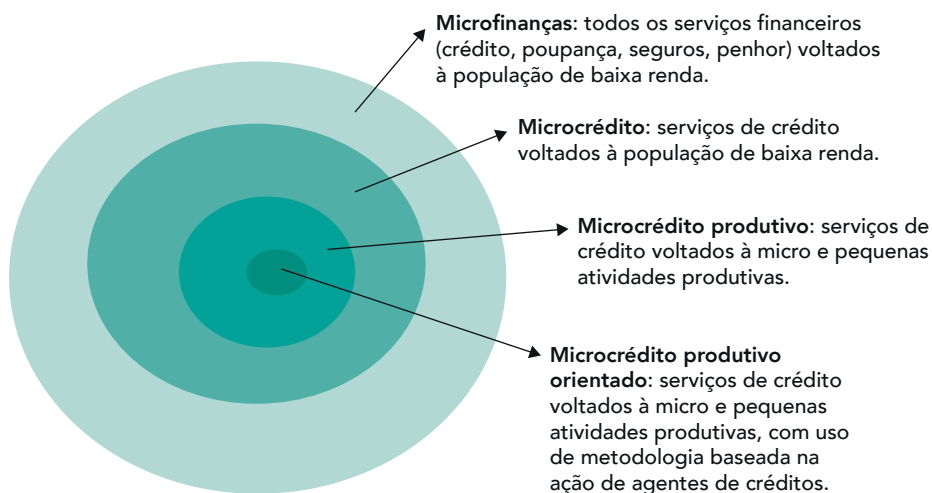
O PNMPO atribui ao microcrédito as seguintes características: 1. concessão de crédito predominantemente de baixo valor, que é 2. oferecido por instituições financeiras ou não – como SCM, Oscips, governos estaduais e locais, bancos privados ou uma combinação destes –, tendo em vista o 3. apoio a microempreendedores formais ou informais para 4. fomento da atividade produtiva (capital de giro e investimento) de maneira 5. orientada por agente de crédito e/ou assistida por programas de capacitação, já que, frequentemente, estes são 6. fornecidos sem garantia real, ou seja, com aval solidário (MANZONI NETO, 2006).

1 Programa do governo federal instituído pela Lei n. 11.110, de 25 de abril de 2005.

Sendo assim, a principal diferença entre microcrédito produtivo e microcrédito produtivo orientado está na metodologia de concessão do crédito, visto que, no microcrédito produtivo orientado, a concessão é baseada no relacionamento direto com os empreendedores, o que é realizado pela figura do agente de crédito, um profissional capacitado para análise de empréstimos e orientação do empreendedor (SILVA, 2007).

Figura 1

Resumo dos conceitos apresentados



Fonte: Silva (2007).

3

CARACTERIZAÇÃO DO CASO BRASILEIRO

3.1 Fases do microcrédito e das microfinanças no Brasil

De maneira objetiva, o Quadro 1 – elaborado com base no trabalho desenvolvido pelo Ministério da Fazenda e pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Microcrédito e Microfinanças – apresenta a evolução do microcrédito e das microfinanças no Brasil.

Quadro 1

Fases do microcrédito e das microfinanças no Brasil

Fase 1: de 1972 a 1988
<ul style="list-style-type: none">• Redes alternativas organizadas por ONGs.• Fundos rotativos (informais) focados principalmente no meio rural.• Gestão com enfoque no objetivo do financiamento e não no retorno do crédito.
Fase 2: de 1989 a 1997
<ul style="list-style-type: none">• Entrada dos governos municipais como atores do microcrédito por meio da constituição de programas e/ou organizações para operar diretamente com microempreendedores (Bancos do Povo).• Expansão do cooperativismo de crédito urbano.• Constituição de sistemas alternativos de cooperativas de créditos rurais.
Fase 3: de 1998 a 2002
<ul style="list-style-type: none">• Criação do marco legal para o microcrédito – SCM e as Oscips.• Alterações na regulamentação das cooperativas de crédito – foco nas centrais e permissão para cooperativas de crédito de microempreendedores.• Criação do Programa de Microcrédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Financiamento e Desenvolvimento Institucional (32 instituições até 2002).• Criação do Programa Crediamigo pelo Banco do Nordeste.• Permissão para atuação dos correspondentes bancários.• As instituições de microcrédito eram focadas no crédito, sem o fornecimento de outros serviços bancários, existindo pouca ou nenhuma relação entre elas e os bancos (exceto cooperativas).

(continua)

Quadro 1

Fases do microcrédito e das microfinanças no Brasil (*conclusão*)

Fase 4: de 2003 ...
• Inclusão bancária, associando o crédito a outros serviços bancários para a população de baixa renda.
• Apoio ao cooperativismo de crédito e regras mais flexíveis para seu funcionamento.
• Aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviço prestado.
• Regulamentação do crédito consignado.
• Ampliação e consolidação do Programa Crediamigo.
Fase 5: de 2005 ...
• Criação do PNMPO.
• Aproximação entre instituições financeiras e de microcrédito.
• Marco legal para o microcrédito produtivo, incluindo a regulamentação para o repasse de recursos dos bancos para instituições de microcrédito – depósitos vinculando outros serviços financeiros ao microcrédito produtivo, especiais e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
• Viabilização de fundos de aval para as instituições de microcrédito.
• Desenvolvimento de projetos de desenvolvimento institucional focados na articulação entre instituições de microcrédito e na padronização de modelos contábeis.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Bittencourt (2005).

3.2 Desafios do microcrédito e das microfinanças no Brasil

Nichter, Goldmark e Fiori (2002) apontam algumas variáveis externas que são tidas como desafios para a indústria de microfinanças:

- O ambiente regulatório é um desses desafios, pois a regulamentação financeira no Brasil apresenta significativos controles prudenciais e é notoriamente caracterizada pela frequência com que ela muda. Leis trabalhistas e tributárias são complexas e se somam à lista de incentivos negativos e restrições operacionais enfrentados pelas instituições de microfinanças (IMFs). Além disso, até então, não há informações claras disponíveis ao grande público sobre tais questões.
- Falta um efeito-demonstração, visto que, no contexto internacional, numerosas instituições serviram de exemplo de sucesso para a indústria de mi-

crofinanças, tendo consideráveis efeitos de demonstração em muitos países, pois elas proporcionam estratégias comprovadas, modelos operacionais e práticas comerciais das quais outras IMFs podem tirar lições. Porém, não somente é difícil as IMFs internacionais servirem de exemplo de sucesso para o Brasil, mas também as IMFs locais não conseguiram alcançar um efeito de demonstração, ou seja, estas ainda não possuem exemplos consagrados de sucesso nos quais se inspirar.

- O ambiente macroeconômico dificultou o desenvolvimento das microfinanças ao longo do período de hiperinflação e continua a afetar a indústria com os altos níveis de taxas de juros.
- Em áreas rurais, linhas de crédito subsidiadas do governo possuem um impacto menor sobre o segmento, mas afetam a atitude da demanda em relação ao microcrédito. Isso ocorre porque a disponibilidade de crédito barato cria uma competição entre as fontes de recursos em áreas rurais, e as fracas políticas de cobrança afetam o comportamento de clientes potenciais de microfinanças.

Bittencourt (2005), por sua vez, aponta algumas variáveis internas que se configuram como um desafio ao setor de microfinanças brasileiro:

- Ampliar o número de cooperativas de crédito e expandir a atuação delas para os pequenos e médios municípios.
- Aumentar a escala de operações com ampliação da área de atuação para as comunidades mais carentes e para os setores produtivos com pouco acesso aos serviços financeiros.
- Constituir redes de serviços operacionais entre as IMFs.
- Ampliar o processo de bancarização, de modo a expandir sua atuação para os pequenos municípios do país.
- Ampliar os serviços fornecidos pelos agentes financeiros por meio da conta simplificada – seguros, poupança, crédito etc.
- Consolidar o PNMPO, com uma maior inter-relação entre as instituições bancárias e as instituições de microcrédito.

4

MICROCRÉDITO E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O sistema financeiro brasileiro é muito desenvolvido, com bancos e instituições muito lucrativos. Contudo, possui um baixo aprofundamento financeiro, principalmente em relação às micro e pequenas empresas, pois, dada a ausência de garantias reais, o crédito e o financiamento ficam reduzidos, custosos e de difícil acesso, o que afeta de diferentes maneiras esses empreendimentos econômicos (CARVALHO; ABRAMOVAY, 2002).

Nesse sentido, esta seção busca caracterizar a importância das micro e pequenas empresas para a economia, destacando que o microcrédito pode assumir, dadas suas características já apresentadas, papel relevante no fomento a esse setor.

As micro e pequenas empresas, de certo modo, sempre mereceram menos atenção por parte dos formuladores de políticas públicas do que as grandes. Contudo, elas são de grande relevância para o desenvolvimento do país, sobretudo para redução das desigualdades sociais.

As micro e pequenas empresas atuam em áreas com baixa intensidade de capital e com alta intensidade de mão de obra, sendo as maiores geradoras de emprego por capital investido. Apesar de pagarem salários inferiores aos das grandes empresas e, de forma geral, terem condições de trabalho piores, as micro e pequenas empresas se configuram, para um grande contingente de pessoas, como a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Portanto, são de grande importância para a manutenção de um nível elevado de emprego, preservando o poder de compra dos consumidores e mantendo a estabilidade econômica (SOLOMON, 1986).

Além disso, atuam em gargalos deixados pelas grandes empresas, ou seja, em áreas de menor lucratividade, onde a grande firma não tem interesse em atuar. Soma-se a isso o fato de as micro e pequenas empresas poderem atuar como complementares à cadeia de produção da grande empresa.

Teixeira e Barbosa (2002) destacam ainda a importância dessas empresas sob o ponto de vista microeconômico, dada a sua maior flexibilidade e menor burocracia, o que lhes permite respostas mais rápidas e mais adequadas ao ambiente, além de gerarem tecnologias mais contextualizadas que lhes garantem um papel de locus privilegiado de inovações tecnológicas.

Portanto, um desenvolvimento econômico e social que esteja voltado para a maioria da população depende, entre outros e importantes fatores, de uma ação voltada para o desenvolvimento local, incluindo estratégias políticas e instrumentos de fomento e apoio às micro e pequenas empresas (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, vale ressaltar a importância de criar mecanismos que deem sustentabilidade a essas empresas, sendo, nesse caso, sob o ponto de vista do crédito, dada a importância desses pequenos empreendimentos para a sustentabilidade econômica.

Como o microcrédito se configura como uma concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais, ele pode ser utilizado como estratégia de política para o fomento das micro e pequenas empresas. Ou seja, este artigo destaca a importância do microcrédito como uma alternativa de acesso ao crédito por parte dos empreendimentos da economia popular que têm dificuldades de obtê-los pelo sistema financeiro formal.

Porém, como a discussão do microcrédito como fonte de financiamento para as micro e pequenas empresas ainda não está solidificada no Brasil, é imprescindível que o governo considere de forma mais atenta essa questão, a fim de que os bancos públicos possam criar medidas que viabilizem esses empreendimentos sem assistencialismo e com um desenvolvimento cada vez maior das instituições de microcrédito. Se bem utilizado, o microcrédito poderá ser uma grande força para os investimentos em pequenos negócios, dada a precária financeirização desses projetos de menor porte no Brasil.

Para que possam realizar de maneira eficaz as suas funções, as IMFs terão que alcançar sustentabilidade econômica e tornar-se independentes de subsídios, de maneira que proporcionem a satisfação de seus clientes. No entanto, só será possível a ampliação do crédito às micro e pequenas empresas se o programa de microcrédito for realizado de forma sustentada e permanente (SANTOS, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior desafio das instituições de microcrédito é criar um ambiente que propicie aos seus clientes um aumento sustentado da financeirização em seus

empreendimentos. Para tanto, é preciso vencer alguns desafios como foi mostrado anteriormente, de maneira que se possa obter credibilidade nos programas de incentivo às micro e pequenas empresas.

A eficácia a ser alcançada depende principalmente do alcance da sustentabilidade econômica por essas instituições, de modo que se tornem independentes de subsídios e garantam a satisfação de seus clientes.

Os resultados da pesquisa mostram que, além da ampliação dos programas de microcrédito, é preciso reduzir a burocracia encontrada pelas micro e pequenas empresas, fazendo que elas possam ter um real alcance no “mundo financeiro”.

FINANCING OF MICRO AND SMALL ENTERPRISES IN BRAZIL: THE MICROCREDIT ROLE

Abstract

This article brings the importance of microfinance in fostering productive activities of micro and small businesses, in addition to presenting an overview of the challenges to be faced by economic agents involved in the process. Hence, the main objective of the research is to establish the importance of creating a sustainable structure and permanent financing for micro and small enterprises, which has been demanding of microfinance institutions some effort to increase the financialization of these small businesses. The research was kind of literature, qualitative, resulting in a compression, informative and intellectual, about microcredit in actuality, its sphere of business activity.

Keywords: Micro and small enterprises; Microfinances; Microcredit.

Referências

ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. *Democratização do crédito no Brasil – atuação do Banco Central*. Brasília: Bacen, 2004. Disponível em: <http://doc.politiquessociales.net/serv1/democraticao_do_credito_no_Brasil_Actuacao_do_Banco_Central.pdf>. Acesso em: 1º set. 2013.

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidário, 2002.

BITTENCOURT, G. *Microcrédito e microfinanças no governo Lula*. Brasília: Ministério da Fazenda, GTI de Microcrédito e Microfinanças, 2005. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%C3%A7as_do_Gov_Lula_01-09-05.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2012.

CARVALHO, C. E.; ABRAMOVAY, R. *O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro*. São Paulo: Sebrae, 2002. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/arquivos/microcredito/sistemafinanceiro_mpe.pdf#page=45>. Acesso em: 20 ago. 2012.

MANZONI NETO, M. P. *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo*. 2006. 195 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)–Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.abcred.org.br/biblioteca/monzoni_tese_doutorado_final.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, A. *Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: PDI, BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/02livreto.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

SANTOS, C. A. *Microcrédito: entre a panacéia e o fortalecimento das micro e pequenas empresas*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://uasfadm.wordpress.com/2008/11/24/microcredito-entre-a-panaceia-e-o-fortalecimento-das-micro/>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SANTOS, M. C. M. Orientações de linhas de crédito às micro e pequenas empresas e o microempreendedor individual. *Revitalização do Atendimento*, 2014. São Paulo: Sebrae. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AP/Anexos/Cartilha%20de%20linhas%20de%20credito%20para%20MPes%20e%20MEI.pdf> 2014. Acesso em: out. 2016.

SILVA, R. V. M. *Disseminação de programas públicos de microcrédito: o caso da região metropolitana de São Paulo*. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)–Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.abcred.org.br/biblioteca/monzoni_tese_doutorado_final.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2012.

SOLOMON, S. A posição da pequena empresa na economia. In: SOLOMON, S. *A grande importância da pequena empresa: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986. (p. 24-65)

TEIXEIRA, R. M.; BARBOSA, J. D. *Pequenas e médias indústrias de Sergipe: diagnóstico de gestão*. Aracaju: Sebrae, 2002.